

“Arquivo paralelo” do SNI está no Centro de Informações do Exército

DALTON MOREIRA

Da Reportagem Local

O “arquivo paralelo” preparado pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) com dados que não pretende deixar “vazar” encontra-se há várias semanas em um outro órgão de informações: o Centro de Informações do Exército (Ceix). A transferência foi solicitada pelo ministro-chefe do SNI, general Ivan de Souza Mendes, ao diretor do Ceix como uma maneira de preservar a “memória” do órgão intacta.

A jogada de Ivan Mendes foi considerada por outros militares como “inteligente” porque essa transferência evita que o cidadão recorra ao habeas-data, princípio da nova Constituição que permite às pessoas o acesso aos bancos de dados públicos e privados que armazenam informações a seu respeito.

O ministro-chefe do SNI tem consciência de que o Ceix é um órgão “intocável” pelo dispositivo constitucional. Mas, caso seja alcançado, uma nova estratégia está pronta: se alguém conseguir chegar ao Centro esse arquivo poderá ser deslocado para outros órgãos da comunidade de informações. Em último caso poderá ser deslocado para fora do país. Enquanto isso, o SNI ganha tempo para driblar os pedidos de habeas-data que considera “incômodos”.

O Centro de Informações do Exército fica distantes alguns quilômetros do Quartel General da Força É um local de segurança nacional. Pessoas estranhas não podem entrar. Somente com autorização por escrito de algum oficial general mostrando porque o motivo da visita ao Ceix têm acesso às suas dependências. Quem entra no local é fotografado e vigiado através de câmeras de TV espalhadas em locais estratégicos. As conversas são, em sua maioria, gravadas. As vezes surgem “informantes voluntários” que acabam sendo interrogados para posterior averiguação.

Ontem o general Ivan Mendes chegou a conversar com o consultor-geral da República, Saulo Ramo, sobre o vazamento da informação do arquivo duplo, em particular sobre a reportagem da Folha publi-

cada ontem sobre a existência desse arquivo paralelo. Ivan chegou a insinuar a Saulo que foi ele quem deixou “vazar” a informação. Saulo negou.

Apesar disso Ivan chegou a insistir de que fôra ele o autor do “vazamento” e quais seriam suas intenções em fazer um coisa dessas.

Durante audiência rotineira que manteve ontem com o presidente José Sarney, o general Ivan comentou que “o órgão não é tudo isso que falam. O pessoal aqui é bom para recortar jornais. Não sei como saiu essa informação de que possuímos um arquivo paralelo”.

A operação da criação desse “arquivo paralelo” foi batizada de “delta” pelos membros do SNI. Foi desencadeada em março deste ano. A manobra da comunidade — que possui uma ampla rede de informantes em todo o país — visa neutralizar a utilização do habeas-data. Posteriormente foi desencadeada a “delta-2” onde certas fichas de lideranças políticas e estudantis foram “esvaziadas”.

Os cidadãos considerados como “subversivos” têm no SNI um sistema especial de avaliação. Dependendo de sua atuação no campo ideológico recebe uma letra como valor e uma cor. O órgão não pretende expor à opinião pública como agiu durante a década de 70 quando pessoas desapareciam e as cadeias ficavam lotadas de presos políticos. Essas informações jamais serão “vazadas” porque envolvem a segurança interna do país.

O SNI deverá responder, de acordo com critérios já adotados por Ivan Mendes, somente com dados que não sejam comprometedores. O órgão não enviará fichas com timbres de “subversivo”, “homossexual”, “heterossexual”, “guerrilheiro”, “adepto” etc.

O SNI tem uma maneira muito particular de agir: “grampeia” telefones (apesar de negar isso publicamente) de autoridades, troca informações com outros membros da chamada comunidade de informações, agentes são treinados na Polícia Federal, e mantém um intercâmbio com países desenvolvidos para a troca de novos métodos de investigação.



Banco de Dados

O ministro-chefe do Serviço Nacional de Informações, Ivan de Souza Mendes

TFR recebe habeas-data

Da Sucursal de Brasília

O presidente do Tribunal Federal de Recursos (TFR), ministro Evandro Gueiros Leite, disse ontem que poderá receber pedidos de habeas-data contra ministros e governadores. Segundo ele, o TFR poderá utilizar o mecanismo do mandado de segurança para atingir os objetivos do habeas-data, criado com a nova Constituição, até ser substituído pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). O STF recebeu ontem um pedido de habeas-data e dois mandados de injunção.

Evandro Gueiros Leite disse que os pedidos de habeas-data só devem ingressar no Supremo Tribunal Federal (STF) contra o presidente da República, o presidente das Mesas da Câmara e do Senado, do Tribunal de Contas da União, o procurador-geral da República e contra o próprio presidente do STF.

Anteontem ingressaram no STF dez habeas-data, em sua maioria contra o SNI. Ontem, dois pedidos de

informação baseados na instituição do habeas-data chegaram diretamente ao Serviço Nacional de Informações.

O presidente do TFR deverá encaminhar na próxima semana à Comissão Mista de Orçamento do Congresso pedido para a liberação de Cz\$ 8 bilhões, destinados às obras de reforma do TFR (onde funcionará o STJ, criado pela nova Constituição). O ministro argumentou pela necessidade de ampliação da sede dizendo que o STJ funcionará com um mínimo de 33 ministros, aproveitando os atuais 27 do TFR.

O vice-presidente do TFR, ministro Washington Bolívar, começou ontem os trabalhos administrativos de instalação do STJ. Para Gueiros Leite, a nova corte deverá ser instalada em seis meses.

O TFR decidiu ainda definir as áreas de jurisdição dos Tribunais Regionais Federais criados pela Constituição. Eles terão sede em São Paulo, Rio, Porto Alegre, Recife e Brasília.